

ORIENTAÇÕES DE ESTUDOS DE

HISTÓRIA

1

3^a
SÉRIE



Ensino Médio

Secretaria de
Educação



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO



/SeeducRJ



/seeducrj



/seeducrj

Secretaria de
Educação



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

**Governo do Estado do Rio de
Janeiro Secretaria de Estado de
Educação**

Comte Bittencourt
Secretário de Estado de Educação

Andrea Marinho de Souza Franco
Subsecretária de Gestão de Ensino

Elizângela Lima
Superintendente Pedagógica

Maria Claudia Chantre
Coordenadoria de Áreas de conhecimento

Assistentes

Carla Lopes
Cátia Batista Raimundo
Fabiano Farias de
Souza Roberto Farias
Verônica Nunes

Texto e conteúdo

Prof. Carla Machado Lopes
Colégio Estadual Rodrigo Otávio Filho (Brasil- Itália)
Prof. Enoque Cristian Ribeiro
CE Jornalista Rodolfo Fernandes
Prof. Guilherme José Motta Faria
C.E. Hispano Brasileiro João Cabral de Melo Neto
Prof. Leonardo Jorge Azevedo Ramos
C.E Professor José Accioli

Capa

Luciano Cunha

Revisão de texto

Prof^a Alexandra de Sant Anna Amancio Pereira

Prof^a Andreia Cristina Jacurú Belletti

Prof^a Andreza Amorim de Oliveira Pacheco.

Prof^a Cristiane Póvoa Lessa

Prof^a Deolinda da Paz Gadelha

Prof^a Elizabete Costa Malheiros

Prof^a Ester Nunes da Silva Dutra

Prof^a Isabel Cristina Alves de Castro Guidão

Prof José Luiz Barbosa

Prof^a Karla Menezes Lopes Niels

Prof^a Kassia Fernandes da Cunha

Prof^a Leila Regina Medeiros Bartolini Silva

Prof^a Lidice Magna Itapeassú Borges

Prof^a Luize de Menezes Fernandes

Prof Mário Matias de Andrade Júnior

Paulo Roberto Ferrari Freitas

Prof^a Rosani Santos Rosa

Prof^a Saionara Teles De Menezes Alves

Prof Sammy Cardoso Dias

Prof Thiago Serpa Gomes da Rocha

Esse documento é uma curadoria de materiais que estão disponíveis na internet, somados à experiência autoral dos professores, sob a intenção de sistematizar conteúdos na forma de uma orientação de estudos.

© 2021 - Secretaria de Estado de Educação. Todos os direitos reservados

Secretaria de
Educação



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

HISTÓRIA – Orientação de Estudos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
Aula 1 – A Primeira República	6
Aula 2 – República Institucionalizada	10
Aula 3 – Holocausto e as minorias dissidentes	17
Aula 4 – Fascismo e Nazismo	18
Aula 5 – ATIVIDADES	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
RESUMO	25
INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS	26

Secretaria de
Educação



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

DISCIPLINA: HISTÓRIA

ORIENTAÇÕES DE ESTUDOS para HISTÓRIA 1º Bimestre de 2020 - 3ª série do Ensino Médio

META: Apresentar o processo político característico da Primeira República com ênfase na construção da cidadania brasileira. Contextualizar o surgimento das ideologias nazifascistas e seus desdobramentos nefastos.

OBJETIVOS:

Ao final destas Orientações de Estudos, você deverá ser capaz de:

- Analisar o processo de implantação da República brasileira;
- Identificar as características da República Velha;
- Contextualizar o crescimento de movimentos autoritários pós Segunda Guerra Mundial;
- Compreender os conceitos de nazismo e fascismo.

1. INTRODUÇÃO

O estudo da História é fundamental para entendermos nosso lugar no mundo. Nosso lugar como agente transformador da nossa sociedade. Quando conhecemos a História somos capazes de entender melhor nosso presente e projetarmos nosso futuro. Os acontecimentos históricos estão entrelaçados e repercutem uns nos outros. Não há um fato isolado na História. Trataremos de temas que foram fundamentais para formação da sociedade contemporânea como um todo e especialmente para o Brasil. No caso brasileiro, analisaremos as condições políticas, sociais e econômicas que possibilitaram o surgimento da República e, os limites do ideário republicano vivenciados na prática, pela maioria da população brasileira no início do século XX. Ao nos referirmos à história geral, trataremos do surgimento de movimentos totalitários e violentos, surgidos após a Segunda Guerra Mundial, seus fatores e consequências.

2. Aula 1 – A Primeira República (1889- 1894)



A monarquia brasileira deve sua queda a um longo processo de transformações que vinham ocorrendo desde 1860 e que refletiam as relações de tensões e complexidades entre o Império brasileiro e os grandes proprietários rurais.

Após a Guerra do Paraguai, com a ascensão de novos grupos sociais (as camadas médias urbanas, os militares e os cafeicultores paulistas) e o deslocamento do eixo econômico do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista, houve o espaço necessário para a Proclamação da República no dia 15 de novembro de 1889, em uma ação liderada pelo marechal Deodoro da Fonseca, na qual os militares destituíram o Visconde de Ouro Preto do Gabinete Ministerial.

Essa mudança da forma de governo contou como apoio de alguns setores específicos da sociedade brasileira devido a objetivos específicos que cada um deles tinha com a adoção do novo regime político:

- **os militares**, que estavam descontentes com o pouco reconhecimento dado pelo Império, após o fim da Guerra do Paraguai. Os militares consideravam que o exército não estava tendo o reconhecimento merecido, já que foram vitoriosos na guerra. Passaram a acreditar que no regime republicano teriam mais reconhecimento, recursos e maior importância política no país.

- **os latifundiários**, especialmente os fazendeiros de café do sudeste, principalmente do oeste paulista, região muito fértil que tinha a característica “terra roxa”. Esse apoio vinha principalmente da insatisfação com as políticas econômicas adotadas pelo Império, que consistiam em altos impostos para a exportação de café, obrigatoriedade de venda para o mercado interno e a tão rejeitada abolição da escravidão. Esses oligarcas paulistas acreditavam que, com a chegada da República, teriam um governo mais descentralizado, logo, com menos impostos e sem tantas leis reguladoras da economia.

- ’ **as camadas médias urbanas**, que desejavam maior participação e representatividade no cenário político.

O regime republicano estabelecido no Brasil, em 1889, se fundamentou no **federalismo**: “forma de governo em que vários estados se reúnem numa só nação soberana, mantendo cada um deles sua autonomia em tudo que não afete o interesse comum”.(Dicionário Caldas Aulete)

Devemos lembrar a definição jurídica da palavra República, cuja origem deriva do latim “**res pública**” = coisa pública.

Este conceito surgiu na Grécia antiga, para descrever uma organização política na qual era fundamental o interesse público de todos os cidadãos no que se referia à tomada de decisões em um território.

Contudo, é importante frisar que na Grécia, naquela época, somente se consideravam cidadãos os homens livres, filhos de pai e mãe ateniense, maiores de 18 anos e nascidos na cidade. As mulheres, escravos e estrangeiros não desfrutavam de nenhum tipo de participação política. Portanto, a cidadania era exercida por um número reduzido de pessoas.

Atualmente, se tem o entendimento de que um governo republicano, representa uma forma de governança, na qual o chefe de Estado, é normalmente designado presidente da República, sendo na maioria dos casos, eleito pelos cidadãos pelo voto (sufrágio) livre e secreto, ou por seus representantes, para exercer o cargo por um período determinado.

Comparando os dois conceitos, o surgido na Grécia antiga com o que conhecemos e vivenciamos, verifica-se uma mudança. Mas, como historicamente isto ocorreu?

Durante o século XVIII, o filósofo, escritor e político Montesquieu (1689-1755), em sua clássica obra “O espírito das leis”, delineou a origem do Estado Moderno e a concepção de Estado e de Governo, fornecendo uma nova forma conceito para governo republicano. Para Montesquieu:

“O **governo republicano** é aquele no qual o povo em seu conjunto, ou apenas uma parte do povo [aristocratas] possui o poder soberano; o **monárquico**, aquele onde um só governa, mas através de leis fixas e estabelecidas; ao passo que, no **despótico**, um só, sem lei e sem regra, impõe tudo por força de sua vontade e de seus caprichos” (SEVEGNANI, Ana Luísa, 2018)¹

Ainda em sua obra, Montesquieu, também dizia ser necessário a limitação do poder do Rei e propunha a **divisão do poder** centralizado em três outros poderes: **executivo, legislativo, e judiciário**, ou seja, esta divisão tripartite era uma solução para limitar os excessos cometidos pelos monarcas no regime absolutista.

É imbuído deste “espírito iluminista” que o governo republicano estabelecido no Brasil em 15 de novembro de 1889, elaborou uma nova **Constituição**, em substituição a de 1824, imposta pelo imperador D. Pedro I.

A Constituição de 1891ⁱⁱ estabeleceu, dentre outros pontos:

- a instituição da forma federativa de Estado e da forma republicana de governo;
- estabelecimento da independência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- criação do sufrágio com menos restrições, impedindo ainda o voto aos mendigos e analfabetos;
- separação entre a Igreja e o Estado, não sendo mais assegurado à religião católica o status de religião oficial;
- a instituição do habeas corpus (garantia concedida sempre que alguém estiver sofrendo ou ameaçado de sofrer violência ou coação em seu direito de locomoção – ir, vir, permanecer –, por ilegalidade ou abuso de poder).

Com o advento da República, os dois grupos políticos que tiveram participação ativa no processo (os latifundiários paulistas e os militares de alta patente) se tornaram os grupos com maior força política no país. Não à toa, um dos nomes dados à fase inicial da Primeira República foi **República da Espada**, em alusão aos atos repressivos à população e a força dos militares no governo.

O primeiro período da República brasileira, de **1889 até 1898**, ficou conhecido como o período de **consolidação** da República, sendo caracterizado por grande **instabilidade política e econômica**, visto que muitas mudanças estruturais estavam sendo feitas no país e também por ter à frente do governo, dois presidentes militares não-eleitos (Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto). Podemos citar como pontos importantes que marcariam o fim do período de consolidação e o início da República Oligárquica:

- a formulação da Constituição em 1891;
- a renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca e a posse de Floriano Peixoto encerrando o período da República da Espada;
- a Revolta da Armada (movimento de rebelião na Marinha Brasileira em 1891-1894)
- Revolta Federalista (guerra civil ocorrida no Rio Grande do Sul de cunho separatista no período de 1893-1895)

- e a primeira eleição para presidente do país, em 1894, sendo Prudente de Moraes o presidente eleito e também o primeiro civil a assumir o cargo e o primeiro presidente por eleição direta.

3. Aula 2 - – República Institucionalizada (1895-1930)

“A República, todavia, foi fruto muito mais da insatisfação gerada pela incapacidade do Estado Imperial de articular as velhas e novas demandas – de sua crise de legitimidade – do que da crença geral e efetiva nas vantagens do regime republicano” (BASILE, Marcello Otávio N. de C.)¹

Após o período de consolidação, a República vive seu período de **Institucionalização**, entre **1898 e 1921**. Nesse período, a estrutura política da Primeira República já estava devidamente consolidada, e a partir deste ponto, passa-se a se debater a aplicação da constituição e os processos eleitorais para cargos políticos.

O **federalismo** era um grande desejo dos grupos envolvidos na proclamação da República, e foi finalmente atendido: os Estados tinham autonomia para criar impostos próprios, gerir suas forças armadas, entre outras funções.

No entanto, as eleições foram marcadas por práticas nada republicanas como o **voto de cabresto** (capacidade de barganhar empregos e benefícios públicos em troca de votos) e o **coronelismo**, entendendo-se que

“o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. O coronelismo, além disso, é datado historicamente (...) ele surge na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica. O fato político é o federalismo implantado pela República em substituição ao centralismo imperial. O federalismo criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado.(CARVALHO, José Murilo de)ⁱⁱⁱ

Mesmo com a Constituição validada e o entendimento legal de que todo brasileiro era um cidadão, logo todos teriam os mesmos direitos e deveres, esse ideal republicano nunca foi alcançado de fato. A cidadania “oferecida” através das leis, não chegava à vida

¹ LINHARES, Maria Yedda (Org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990 – 26ª reimpressão, 9ª ed.

concreta da maioria dos brasileiros, pois nem todos eram considerados cidadãos, pois somente podiam votar homens alfabetizados, independentemente de sua renda. As mulheres, negros, índios, religiosos e analfabetos **não** podiam votar.

A sociedade brasileira tinha graves problemas internos, tanto no meio rural quanto no meio urbano. Os trabalhadores recém-libertos da escravidão e imigrantes atraídos pela Lei de Terras (Lei Nº601, de 18 de setembro de 1850) disputavam qualquer trabalho disponível, fazendo-os aceitarem condições péssimas de trabalho – como por exemplo jornada de 12h por dia, castigos físicos, a utilização da mão de obra infantil e ambientes insalubres de trabalho.

“Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira “
(Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850)

Como ainda não havia uma legislação trabalhista que regularizasse as condições de trabalho, não existiam férias, folgas no fim de semana, aposentadoria, 13º salário, hora extra, entre outras garantias. Eram trabalhadores, portanto, dependentes do poder dos empresários locais e donos de propriedades.

No meio rural não era diferente, os chamados “coronéis”, grandes proprietários de terra, que tinham ascendência pessoal sobre “sua população de agregados e trabalhadores” exerciam, em muitos casos, o papel que deveria ser desempenhado pelo Estado, sua perpetuação na política partidária local e de seus descendentes derivava da fraqueza financeira dos municípios e da pouca atenção do Estado àqueles territórios.

Como o voto não era secreto, os chamados coronéis de cada localidade podiam saber em quem cada trabalhador tinha votado. Portanto, mesmo com um baixo índice de pessoas que tinham o direito de votar, as que podiam estavam submissas ao poder do chefe local.

Esse processo ficou conhecido como **voto de cabresto**. As eleições também eram marcadas por fraudes. Os votos eram feitos em papel, e contados pelos próprios

coronéis, o que já nos dá uma ideia da falta de transparência do processo de contagem. Além disso, era comum pessoas votarem mais de uma vez, usarem nomes de pessoas mortas para votar, e troca de urnas.



https://static.todamateria.com.br/upload/ca/br/cabresto_1.jpg

Até 1930, esse sistema de votação, conhecido como “**currais eleitorais**”, garantiu que o poder se mantivesse nas mãos das mesmas pessoas e famílias locais e dos mesmos grupos políticos, especialmente, nas regiões rurais do Norte, Nordeste e Centro-oeste brasileiro.

Este período também é identificado como o da **política do café-com-leite**, onde representantes das oligarquias paulistas (produtora de café) e mineiras (produtores de leite) se revezavam no poder federal, havendo a preponderância da burguesia cafeeira.

Mas, também no meio urbano outras classes trabalhadoras (os setores médios urbanos e o operariado) também vivenciaram a exclusão representativa no sistema político brasileiro, sendo estes grupos mais atuantes na oposição ao regime oligárquico, por não estarem diretamente vinculados à dependência direta dos setores agrários (os latifundiários).

A **Primeira República** entra em seu **período de crise** entre os anos de 1921 a 1930. Com a chegada do capital estrangeiro, a oferta de trabalho aumentou, havendo mudanças na política econômica. O trabalho assalariado que passou a substituir o trabalho análogo à escravidão, após 1888 (Abolição da escravatura) era um processo relevante para os países europeus, como a Inglaterra, visto que tinham como objetivo criar consumidores na América do Sul.

Os trabalhadores assalariados urbanos, não sendo amparados por nenhuma legislação trabalhista e diante das péssimas condições de trabalho, aqui já descritas,

viram na organização sindical uma forma de terem garantias e dignidade em seus locais de trabalho.

Estes grupos de trabalhadores foram os primeiros a organizarem greves, piquetes, reivindicar aumentos salariais e criticar o regime político responsabilizando-o pela miséria da população. Além disso, conflitos entre as próprias oligarquias brasileiras também contribuíram para o fomento da crise da Primeira República, visto que as mesmas não estavam mais concordando com a alternância no poder (a **política do café-com-leite**).

Fatos principais da **Primeira República (ou República Velha)**:

- período histórico no qual a mudança do regime político no país foi desejada por parte das elites oligárquicas, que visavam mais poder político para benefício próprio;
- péssimas condições de trabalho, tanto urbano quanto rural, visto que não havia legislação trabalhista que regulamentasse a relação patrão-empregado;
- mobilização operária tendo como elo de organizativo doutrinário o Anarquismo e o Comunismo,
- o voto de cabresto;
- rebeliões provocadas pelos tenentes do Exército Brasileiro, denominada de Tenentismo (movimento militar brasileiro de cunho político) que tinha o principal objetivo de reconquistar o poder perdido por esta corporação nos anos iniciais da República, combater a corrupção, fortalecer o Estado dentre outros; e
- a dificuldade dos representantes das oligarquias rurais paulista e mineira em manterem-se no poder.

Com a crise econômica brasileira de 1929, em decorrência da “Grande Depressão” americana (a quebra da Bolsa de Valores dos Estados Unidos houve a quebra financeira dos chamados “barões do café”, pois diante da crise, os maiores compradores do café brasileiro – os americanos, líder no *ranking* de compra do produto brasileiro, deixaram de fazê-lo levando com que os latifundiários paulistas caíssem também em decadência financeira abalando a economia mercantil exportadora nacional, já que este era a principal fonte de divisas para o país.

- Estado Novo (1937-1945)

Este contexto propiciou a efetivação em 1930 da ascensão de Getúlio Vargas, advogado, militar, político que iniciou sua carreira política no estado do Rio Grande do Sul e junto com outros militares com o coronel Góis Monteiro liderara o movimento a de deposição do então presidente Washington Luís, que ficou conhecido como Revolução de 1930, ou ainda, Golpe de outubro de 1930, abrindo caminho para posteriormente se constituir o período histórico denominado Estado Novo (1937-1945).

“O golpe de 1930 resultou no deslocamento da tradicional oligarquia paulista do epicentro do poder, enquanto que os demais setores sociais a ele articulados e vitoriosos não tiveram condições. Individualmente, nem de legitimar o novo regime, nem tampouco de solucionar a crise econômica. O período de 1930-1937 pode, por isso mesmo, ser definido como de crise política aberta, sem que nenhuma das frações de classe envolvidas lograsse tornar-se hegemônica em sucessão à burguesia cafeeira, o que acabou garantido ao Estado - a burocracia estatal – a possibilidade de atuar com relativa margem de autonomia face aos interesses em disputa.” (MENDONÇA, Sônia Regina de, 1990, p. 322)²

O golpe de Estado como conceito se aproxima de outros, como revolução: em comum, ambos se apresentam como rupturas bruscas da ordem institucional. Além disso, o objetivo dos dois é derrubar um governo e instituir outro, mas enquanto a revolução é uma modificação radical das estruturas econômicas e sociais, o golpe, em geral, é apenas a substituição pura e simples das elites no poder, quase sempre leva a cabo pelas chamadas elites *orgânicas*, ou seja, as elites inseridas no próprio Estado, como burocratas e os militares. (Dicionário de conceitos históricos, 2013, p. 175)

O Estado Novo tem duas linhas básicas de interpretação:

- a primeira que situa este período como um momento histórico ditatorial inaugurado pela Revolução de 1930, no processo de democratização das instituições políticas brasileiras iniciado em 1930 e retomado em 1945;
- a segunda, que entende o Estado Novo como resultante da vertente autoritária contida na própria Revolução de 1930, que reflete uma tendência estrutural nos países de capitalismo retardatário e dependente.

² LINHARES, Maria Yedda (Org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990 – 26ª reimpressão, 9ª ed.

CRONOLOGIA DA ERA VARGAS

- **1930** - Assume o cargo com a revolução contra o governo Washington Luís
- **1934** - Promulga a Constituição
- **1937** - Fecha o Congresso Nacional e instala o Estado Novo. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para censurar manifestações contrárias ao seu governo
- **1938** - Cria a Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- **1939** - Cria a Justiça do Trabalho, institui o salário mínimo, a Consolidação das Leis Trabalhistas, carteira profissional, semana de trabalho de 48 horas e férias remuneradas
- **1940** - Funda a Companhia Siderúrgica Nacional
- **1942** - Funda a Vale do Rio Doce
- **1945** - Deixa o governo após um golpe militar
- **1950** - Eleito pelo voto direto em 3 de outubro pelo (PTB), tendo como vice João Café Filho, do Partido Social Progressista (PSP) - Lança a campanha O petróleo é nosso, que dá origem à Petrobras

Dentre muitos avanços econômicos e retrocessos políticos o Estado Novo (1937-1945) adotou o chamado “Estado de Compromisso”, onde se criaram mecanismos de controle e vias de negociação política responsáveis pelo surgimento de uma ampla frente de apoio a Getúlio Vargas.

Era Vargas Estado Novo (1937-1945)



Política Trabalhista

- Reforçou a relação do governo com os trabalhadores
- Sindicatos sob intervenção do governo
- Criou a justiça do trabalho
- Instituiu o salário mínimo (1940)
- Instituiu a consolidação das Leis do trabalho (1943)

Dep. de Imprensa e Propaganda (DIP)

- Responsável por enaltecer os feitos do governo
- Responsável por mobilizar artistas e intelectuais em defesa do governo
- Responsável pela censura à imprensa e à produção cultural

Constituição de 1937

- centralista e autoritária
- ↳ reforçou o poder executivo
- ↳ reduziu a autonomia federativa
- decretou o fechamento do Congresso
- Proibiu o direito à greve
- substituiu os governadores de estado por interventores

→ Redigida por Francisco Campos
↳ apelada de "Polaca"
↳ Vargas governava por decretos - Lei



<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/vargas.htm>

Foi também durante este período histórico que o país vivenciou a polarização ideológica entre Comunismo e Integralismo, abaixo algumas das principais características de cada grupo:

COMUNISMO	INTEGRALISMO
<p>- 1935 – Intentona Comunista</p> <p>Conjunto de levantes de caráter revolucionário realizados por membros do exército brasileiro entre os anos de 1935 e 1936, nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ativistas centrados na classe de trabalhadores urbanos (operariado) - Principais instituições políticas a frente Aliança Nacional Libertadora (ANL), criada em 1935; e o Partido Comunista; - Liderança política Luis Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança. - Grupo fortemente ligado e supervisionado pelo Comintern em Moscou (antiga União Soviética). 	<ul style="list-style-type: none"> - Partido e movimento político surgido no Brasil na década de 1930, influenciado pelos ideais e práticas fascistas que se desenvolveram na Europa após o fim da I Guerra Mundial; - Grupo de extrema-direita fundado com o nome de Ação Integralista Brasileira (AIB); - Liderança política de Plínio Salgado; - Lema: "Deus, pátria e família"; - Movimento nacionalista, autoritário, tradicionalista e fundado em preceitos religiosos, cabendo ao Estado manter a unificação integral da sociedade através da coerção.

4. Aula 3 O Fascismo e o Nazismo

Para uma melhor compreensão sobre a polarização ideológica entre Comunismo e Integralismo, no Brasil, cabe identificarmos como estas ideologias por aqui chegaram.

O fascismo, ou ainda, o nazi-fascismo como alguns autores costumam utilizar em suas escritas, foi um fenômeno histórico ocorrido no mundo europeu entre 1922 e 1945 (período entre guerras, caracterizado pela ascensão de regimes políticos totalitários, de caráter oposicionista às democracias liberais e ao regime comunista soviético, sendo ultranacionalista, antissocialista e militarista.

Seu surgimento ocorreu na Itália, devido, entre outros motivos, ao sentimento de revanche dos países perdedores da Primeira Guerra Mundial notadamente a Itália e Alemanha. A Europa passava por grave crise econômica, causa pelas perdas na guerra, tanto de recursos naturais - ferro, cobre, e destruição das cidades já existentes, quanto de recursos humanos - aproximadamente 17 milhões de pessoas morreram, entre soldados e civis. Nesse contexto, surgem regimes autoritários, que buscavam restaurar o orgulho nacional, e tornar cada uma dessas nações novamente uma potência mundial - ou pelo menos lhes dar condição de competir com as outras europeias.

Assim, surgiu na Itália o movimento denominado “**Fascismo**”, liderado por Benito Mussolini, que era chamado por seus seguidores de Duce (líder), e que tinha como principais atributos:

- o caráter ultranacionalista, por entender que apenas sua nação importava no contexto geopolítico;
- a militarização, a salvação nacional viria por meio da organização militar, da luta, da guerra e pelo expansionismo, construindo-se uma nação soberana;
- antissocialista, por entender que o internacionalismo e a divisão entre trabalhadores e burgueses era prejudicial para a construção do ideal de nação.
- Expansionista: alargar as fronteiras era visto como uma necessidade básica, pois era preciso conquistar “espaço vital” para que a nação se desenvolvesse.

Após garantir para si grande autoridade política e se cercar das elites dominantes, Mussolini buscou o desenvolvimento econômico do país. No entanto, esse período de crescimento foi duramente afetado pela crise de 1929.

Esse ideal nacionalista se espalhou por outros países, chegando ao Brasil, sob a liderança de Plínio Salgado e com a denominação de Integralismo (camisas verdes)

Durante este período, década de 20, do século XX, surgiria na Alemanha, outro movimento com características bem próximas – o Nazismo.(Nazifascismo)

Muitos historiadores consideram que Adolph Hitler, fez sua própria versão do fascismo – o Nazismo, por conta da semelhança entre as duas ideologias. Tanto Hitler quanto Mussolini compartilhavam dos mesmos ideais nacionalistas, revanchistas, militaristas e antissocialistas. Havia, porém algumas especificidades: a primeira delas foi o antissemitismo Nazista, que não havia no fascismo italiano, e uma maior centralização de poder por parte de Hitler. Alguns aspectos do Nazismo:

- Totalitarismo;
- o racismo: segundo a ideologia, os alemães pertenciam a uma raça superior (Arianismo);
- o antimarxismo e anticapitalismo: para Hitler, o marxismo era um pensamento judaico e o capitalismo iria agravar as desigualdades;
- nacionalismo: para o nazismo deveria ser construída a Grande Alemanha.

5.Aula 4 - Holocausto e as minorias dissidentes

A Segunda Guerra mundial aconteceu entre 1939 e 1945, iniciada pela Alemanha Nazista, que dentre outras coisas estava motivada por seu expansionismo territorial fomentado pela ideologia Nazista.

Para compreender este processo precisamos entender os acontecimentos históricos que marcaram o final da Primeira Guerra Mundial. A finalização Primeira Guerra Mundial se deu com a assinatura do **Tratado de Versalhes** (28 de junho de 1919) – acordo de Paz selado entre as nações vencedoras da Primeira Guerra Mundial e a Alemanha, derrotada no conflito. Este tratado estabelecia severas punições para os países perdedores. A Alemanha, à época foi colocada como culpada pelo início da guerra e sofreu pesadas sanções, como perda de territórios, altas multas a serem pagas e proibição da formação de um exército.

Essas sanções fizeram a Alemanha sair de grande potência europeia para um país subalternizado, dependente do capital estrangeiro, sem capacidade para se estabelecer como potência e, com isso, a economia alemã vivenciou uma franca decadência com altos índices inflacionários.

Devido a essa perda econômica e política causada pelas pesadas sanções do Tratado de Versalhes, o povo alemão criou um grande sentimento de revanche em relação aos países vencedores. Esse sentimento foi explorado por grupos nacionalistas de extrema direita, como os Nazistas, para ganhar prestígio político e posições de poder.

O Partido Nazista ganhou um número relativamente baixo de cadeiras no *Reichstag* alemão (Parlamento da Alemanha, entre 1871 e 1918, mas cresceu proporcionalmente com o agravamento da crise econômica e a crença de que a Alemanha poderia voltar a ser a potência que era antigamente.

O historiador Eric Hobsbanw, defende que a Primeira e a Segunda Grande Guerras foram, na verdade, uma única guerra em duas partes, pois os problemas que deram origem à primeira não foram sanados.

Hitler chegara ao poder enquanto líder do partido Nazista, partido que defendia a militarização da Alemanha e tinha opiniões abertamente antissemitas. Hitler foi um ex combatente da primeira guerra mundial e tinha tentado carreira nas artes antes de entrar para o exército. Excelente orador passou a ser conhecido por seus discursos inflamados em praça pública, onde chamava a população alemã para a tarefa necessária de reconstruir o orgulho, e tornar a Alemanha novamente uma potência, lutando contra as ameaças dos judeus e dos marxistas.



https://aventurasnahistoria.uol.com.br/media/_versions/legacy/2018/03/21/hitlerpopularnocamaro_widexl.jpg

Ao chegar ao poder, Hitler dá um golpe político, após um incêndio criminoso no *Reichstag*, em 1933. Hoje em dia, se atribui esse incêndio ao próprio partido Nazista, mas a narrativa da época – e dos próprios Nazistas – era de que os marxistas não tinham aceitado a derrota democraticamente e, por isso, teriam colocado fogo no parlamento alemão. Com essa narrativa, o partido Nazista e Hitler tiveram o argumento necessário para fechar as instituições democráticas, centralizar o poder, e endurecer a repressão a adversários políticos.

A partir daí, começam a ser construídos os campos de trabalhos forçados, que mais tarde ficaram conhecidos como **campos de concentração**. O objetivo desses campos era encarcerar judeus, marxistas, anarquistas, deficientes, ciganos, homossexuais, negros e quaisquer outra minoria social apontada pelo regime Nazista enquanto sinal de atraso para a Alemanha.

A divisão desses grupos era feita pelo uso de uma estrela de pano costurada no peito da roupa dada aos prisioneiros, onde cada cor significava uma divisão, podendo o mesmo prisioneiro ter mais de uma, como por exemplo um judeu socialista, ou um socialista homossexual.

	Inimigos políticos	Criminosos Habitual	Estrangeiros trabalhadores forçados ou emigrantes	Estudantes da Bíblia (Testemunhas de Jeová)	Homossexuais e agressores sexuais	"Anti-sociais"	Roma (ciganos)
Cores básicas							
As inscrições para as repetidoras							
Reclusos de batalhões penais (em alemão: <i>Strafkompanie</i>)							
As marcações para os judeus							

<https://fatosmilitares.com/wp-content/uploads/2018/09/Tri%C3%A2ngulos-do-Holocausto-o-que-significavam-.jpg>

Esses campos traziam a frase “o trabalho liberta” em sua entrada. Inicialmente foram tratados enquanto campos de trabalho, pois que aqueles grupos sociais que eram considerados prejudiciais para a sociedade, eram encarcerados naqueles espaços para que produzissem “algo de útil” para a sociedade.

No entanto, com o avanço do ódio aos judeus e outras minorias, esses campos se tornaram campos de execução, onde milhões de pessoas foram mortas nas câmaras de gás. As condições de vida eram desumanas: pouca água e comida, trabalhos forçados, doenças, violências. Tudo enquanto punição para os encarcerados, entendidos como merecedores de todo aquele sofrimento. O campo de concentração com maior número de mortos foi o campo de Auswitsch, com mais de 1 milhão de pessoas assassinadas.



<https://cdni.rbth.com/rbthmedia/images/2019.06/original/5cf6819515e9f928b714f3ad.jpg>

Práticas características de alguns campos eram os experimentos feitos com judeus, usados como cobaias. Entre esses experimentos, ficou conhecido a aplicação de tinta azul nos olhos, para possível tingimento; exploração dos limites do ser humano em ficar sem água ou comida; testes de drogas anabolizantes, que visavam gerar super soldados alemães.

Outros países se alinharam com a Alemanha na Segunda Guerra Mundial, a **Itália** e o **Japão** que em conjunto formavam o **Eixo**. Os países opositores formaram o grupo dos Aliados cujos principais membros eram **Reino Unido**, **França**, **União Soviética** e **Estados Unidos**.

A guerra se estendeu por outros territórios além da Europa como a África, Ásia e Oceania, e após seis anos de conflitos tendo como saldo a morte de mais de 60 milhões de seres humanos, marcada por vários e dolorosos acontecimentos como o lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki (Japão)

O final da Segunda Guerra Mundial ocorreu em 2 de setembro de 1945, com a rendição dos japoneses e dos Nazistas aos Aliados, em maio de 1945.

6. Aula 5 ATIVIDADES

1) De onde vem a inspiração para o modelo de república brasileira?

2) Cite 3 mudanças políticas que ocorreram com o advento da República:

1 - _____

2 - _____

3 - _____

3) Os dois principais grupos apoiadores da República no Brasil foram:

1 () Militares e industriais

2 () Industriais e trabalhadores

3 () Militares e donos de terras

4 () Donos de terras e industriais

5 () Trabalhadores e donos de terra

4) Caracterize o voto de cabresto e o curral eleitoral: 5) Fascismo e nazismo têm em sua origem algumas causas comuns. Entre essas causas pode-se apontar:

a) o ideário da "raça pura".

b) conflitos entre burguesia e nobreza.

c) crises econômico-sociais com as consequentes greves, tumultos e agitações que favoreceriam a tomada do poder pelas esquerdas.

d) as consequências do fracasso das ofensivas dos dois países contra a Tríplice Aliança, durante a Primeira Guerra Mundial.

e) A luta pelo poder entre partidos fortes da direita.

6) Morrer pela Pátria, pela Ideia (...) Não, isso é fugir da verdade. Mesmo no front, matar é que é importante (...). Morrer não é nada, isso não existe. Ninguém pode imaginar sua própria morte. Matar é o importante. Essa é a fronteira a ser cruzada. Sim, esse é o ato concreto de vontade. Porque aí você torna sua vontade viva na de outro homem.

Esse texto, de 1943-45, expressa a visão de mundo de um adepto da ideologia

a) socialista.

- b) liberal-fascista.
- c) nazifascista.
- d) anarquista.
- e) capitalista.

7) A República Velha (1894-1930) foi caracterizada por:

- a) Por um período de paz completa em todo território nacional.
- b) Pela alternância de poder entre os partidos estaduais realizado pelo sufrágio universal masculino.
- c) Por uma ascensão social dos libertos pela lei de 13 de maio de 1888.
- d) Pela dominação das elites agrárias estaduais, especialmente as de São Paulo e Minas Gerais.

8) "Trata-se de uma estratégia muito usada em hábitos políticos coronelistas, em que, por exemplo, os eleitores trocavam seu voto por um favor, como um bem material (sapatos, roupas, chapéus etc.) ou algum tipo de serviço (atendimento médico, remédios, verba para enterro, matrícula em escola, bolsa de estudos etc.)."

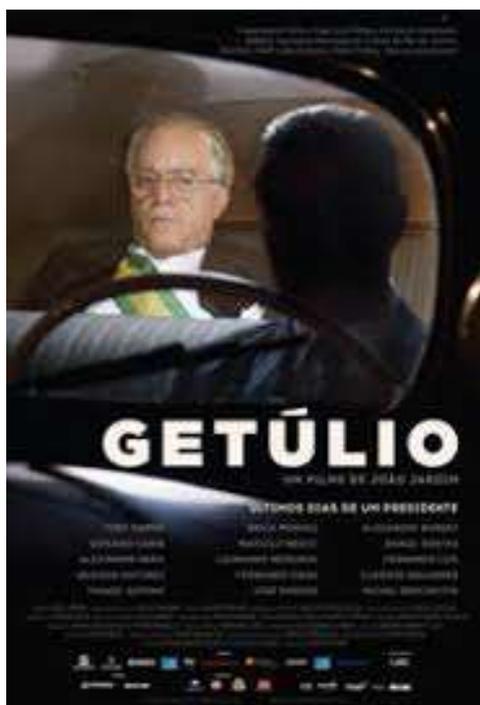
O trecho acima descreve uma prática eleitoral da República Velha denominada:

- a) Voto secreto
- b) Voto de cabresto
- c) Voto censitário
- d) Voto aberto

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indicamos alguns filmes para complementar os conhecimentos adquiridos nesta Orientação de Estudo:

1. Getúlio



Sinopse: A intimidade de Getúlio Vargas (Tony Ramos), então presidente do Brasil, em seus 19 últimos dias de vida. Pressionado por uma crise política sem precedentes, em decorrência das acusações de que teria ordenado o atentado contra o jornalista Carlos Lacerda (Alexandre Borges), ele avalia os riscos existentes até tomar a decisão de se suicidar.

2. O menino do pijama listrado



Sinopse: Alemanha, Segunda Guerra Mundial. O menino Bruno (Asa Butterfield), de 8 anos, é filho de um oficial nazista (David Tewlis) que assume um cargo importante em um campo de concentração. Sem saber realmente o que seu pai faz, ele deixa Berlim e se muda com ele e a mãe (Vera Farmiga) para uma área isolada, onde não há muito o que fazer para uma criança com a idade dele. Os problemas começam quando ele decide explorar o local e acaba conhecendo Shmuel (Jack Scanlon), um garoto de idade parecida, que vive usando um pijama listrado e está sempre do outro lado de uma cerca eletrificada. A amizade cresce entre os dois e Bruno passa, cada vez mais, a visitá-lo, tornando essa relação mais perigosa do que eles imaginam.

8. Resumo

Os regimes totalitaristas de extrema direita

	ITALIA	ALEMANHA
Nome dos grupos armados	Camisas Negras	SS (Secções de Segurança) e SA (Secções de Assalto)
Nome do partido	Partido Nacional Fascista	Partido Nacional Socialista
Nome do líder	Benito Mussolini	Adolf Hitler
Ano da conquista do poder	1922	1933
Título atribuído ao líder e seu significado	Il Duce (o Líder)	Fuhrer (o Líder, o Guia ou o Chefe)
Política interna (medidas)	<ul style="list-style-type: none"> - Censura à imprensa - Formação da juventude - Camisas negras - Obras públicas - Batalha do trigo 	<ul style="list-style-type: none"> - Hitler com plenos poderes - Proibição de partidos políticos - Controlo de tribunais, policia e ensino - Campos de concentração - Racismo - Obras públicas
Política externa	<ul style="list-style-type: none"> - Militarismo - Imperialismo - Conquista da Etiópia 	<ul style="list-style-type: none"> - Militarismo - Imperialismo - Gande Alemanha - Anexações

Indicações Bibliográficas

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. História Geral e do Brasil, São Paulo: Editora Scipione, 2005.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayse. História Geral e do Brasil. São Paulo: Editora Atual, 1998.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990 – 26ª reimpressão, 9ª ed.

MONTESQUIEU. Charles-Louis de Secondat. O espírito das leis. Apresentação de Renato Janine Ribeiro. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>.

<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/brasil-republica.htm>

<https://exercicios.brasilecola.uol.com.br/exercicios-historia/exercicios-sobre-regimes-totalitarios.htm>

<http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/constituicao25anos/historia-das-constituicoes.htm>

<https://jus.com.br/artigos/71074/as-concepcoes-de-estado-e-de-governo-na-obra-o-espírito-da-leis-de-montesquieu>

<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/vargas.htm>

ⁱ Retirado de artigo escrito por Ana Luísa Sevegnani: “As concepções de Estado e de Governo na obra “O espírito da Leis” de Montesquieu - um contributo ao surgimento do Estado Moderno”, disponível em <<https://jus.com.br/artigos/71074/as-concepcoes-de-estado-e-de-governo-na-obra-o-espírito-da-leis-de-montesquieu>>. Acesso em: 02 mar 2021.

ⁱⁱ Dados extraídos do sítio eletrônico: <

<http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/constituicao25anos/historia-das-constituicoes.htm>>

ⁱⁱⁱ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em 02 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>.